

Editorial

Quando este número da revista HISTEDBR on Line já estava sendo organizado, recebemos a notícia da morte do Professor Mario Alighiero Manacorda (1914-2013), ocorrida em Roma no mês de fevereiro. Grande intelectual marxista do século XX e amigo dos educadores brasileiros, ele estava perto de completar um século de vida. Pelo homem vigoroso que era, trabalhando sempre com o cérebro e com as mãos, acreditávamos que assim seria. Infelizmente, nossas expectativas não se cumpriram, mas o mais importante é que Manacorda nos deixou uma valiosa obra, seu pensamento instigante, e o exemplo raro de um intelectual coerente e engajado nas lutas de seu tempo. Prova disso foi sua declaração, em 2006, no DVD *Aos educadores brasileiros*, ao responder por que se ainda se autodenominava comunista: “Eu assim me nomeei, sou um homem do século passado, não seria decoroso que renegasse a mim mesmo como fizeram muitos outros”.

O Grupo Histedbr/UFSCar tinha pelo Professor Mario Alighiero Mancorda profundo respeito, admiração e amizade, sentimentos cultivados desde muito tempo, quando começou o intercâmbio acadêmico pela iniciativa do seu compatriota Paolo Nosella, em 1986-1987. Naquela ocasião, Manacorda veio pela primeira vez ao Brasil a convite do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSCar, em 1987, época em que este era coordenado pela Professora Ester Buffa. Dessa visita decorreram conferências não apenas na UFSCar como em outras universidades brasileiras e traduções de importantes de obras suas. Delas, talvez a que mais tenha divulgado seu pensamento no Brasil é *História da Educação*: da Antiguidade aos nossos dias, publicada em 1989 e hoje em sua 13ª edição.

Além disso, um marco nas relações acadêmicas entre Manacorda e o Brasil foi a gravação do DVD *Aos educadores brasileiros*, organizado e editado pelos professores Dermeval Saviani, Paolo Nosella e José Claudinei Lombardi, em 2006, para a comemoração dos vinte anos do HISTEDBR. Anos depois, foi lançado pela Editora Alínea o seu livro *Marx e a liberdade* (2012). Desse modo, desde a sua vinda ao Brasil, em 1987, ocasião em que tratou do tema “O humanismo em Marx e o industrialismo em Gramsci”, e das obras que aqui foram publicadas, como *Marx e a Pedagogia moderna* e *O princípio educativo em Gramsci*, Manacorda se tornou um nome constante nos debates quando se trata de educação e marxismo. Mas essa relação não se esgotou aí, pois, na Itália, ele sempre recebeu a todos os brasileiros que o procuraram, dialogando, concedendo entrevistas, curioso também pelas coisas do Brasil. A título de exemplo, no DVD *Aos educadores brasileiros*, quando indagado sobre os conteúdos escolares necessários para o século XXI, devolveu a pergunta: “Vocês no Brasil, o que devem estudar? Homero e Píndaro ou os Guarani? Ou então, o mundo de hoje, a China emergente? Qual a cultura a ser estudada?”.

Por tudo isso, o nosso desejo era homenagear Manacorda com um número especial da HISTEDBR on Line inteiramente dedicado ao seu pensamento e contribuição. Na

impossibilidade de o fazermos neste momento, uma vez que os artigos para este número já estavam aprovados, registramos essas palavras de reconhecimento do Grupo HISTEDBR da UFSCar, adiando a justa homenagem e apresentando pelo menos um artigo sobre ele. Trata-se de “História da Educação e marxismo em duas trajetórias intelectuais do século XX: Brian Simon e Mario Alighiero Manacorda”. Resultado de pesquisa realizada no Instituto de Educação da Universidade de Londres e na Itália, o artigo traça um paralelo de sua trajetória intelectual com a do historiador da educação britânica Brian Simon (1915-2002), também marxista, focalizando a concepção e ação de ambos pela escola secundária comum em seus países e a sua contribuição para a internacionalização da História da Educação.

Segue um conjunto de artigos de análises conceituais e de textos versando sobre pesquisa em educação, suas influências teóricas e constituição do campo da pesquisa em História da Educação. Assim, *Luis Antonio Groppo*, em “Adorno e a educação sociocomunitária: diálogos e proposições”, coteja as ideias de Adorno e, “secundariamente, as concepções de alienação e fetichismo de Marx, com o conceito de integração sistêmica aplicado em educação”. Destaca, ainda, as categorias “alienação, fetichismo, esclarecimento, barbárie e semiformação” e sua aplicação à educação buscando “enriquecer o conceito de integração sistêmica no interior da pesquisa Sociologia da Educação Sociocomunitária”.

O artigo “A influência do marxismo na pesquisa em educação brasileira”, de *Amarilio Ferreira Jr.*, tem como objetivo “explicitar a importância do significado epistemológico das obras marxianas para as pesquisas desenvolvidas no âmbito do campo educacional brasileiro desde a institucionalização dos Programas de Pós-Graduação, em 1965”. O autor investiga o estruturalismo althusseriano e a concepção gramscianiana e finaliza com os fundamentos teórico-metodológicos de Marx e Engels ainda válidos para o processo de investigação dos fenômenos educacionais na contemporaneidade.

Em seguida, o artigo “Reflexões em torno da pesquisa e da produção do conhecimento em educação no Brasil”, de *Carlos Roberto Massao Hayashi*, trata da produção nesse campo do conhecimento desde a segunda metade do século XX até a atualidade. Trata da produção realizada na Pós-Graduação como também “de Associações, Grupos de Estudo e Sociedades da área e as reflexões críticas sobre a pesquisa em Educação e História da Educação oriundas de trabalhos recentes sobre o assunto”.

Analisando a consolidação do campo da pesquisa em História da Educação na Região Norte, *Paulo Sérgio de Almeida Corrêa*, contesta a tese sobre a sua “insignificância”. Com base em “indicadores do Diretório de Grupos do CNPq; no Currículo Lattes dos Líderes, abrangendo os anos de 1993-2011”, ele sustenta que a classificação segundo a qual essa produção é “insignificante” carece de “bases empírico-argumentativas capazes de lhe assegurar pertinência em face da exuberante produção bibliográfica dos Líderes”.

Compondo um grupo de textos que abordam a Educação Pública Brasileira, desde o seu financiamento, seus rebatimentos no que representa sua Universidade, mesmo em suas novas configurações, como no que concerne à Educação a Distância, até os desafios do

trabalho docente, inicialmente, *Fábio Luciano Oliveira Costa*, em “A dinâmica dos recursos fiscais com as políticas de fundos contábeis para o financiamento da educação no Brasil (1998-2010)”, se volta para a investigação da dinâmica fiscal do Fundef e do Fundeb, partindo de uma revisão sistemática acerca de documentos e da literatura em torno da temática no período. Apesar de terem trazidos aportes para a Educação Básica no Brasil, tais fundos não têm impedido a permanência de importantes desigualdades de financiamento entre os entes da federação e não garantem a qualidade necessária ao processo formal de escolarização, requerendo, portanto, a inclusão de novas fontes para a Educação Pública no Brasil.

Lidando diretamente com essa questão, em “O financiamento da educação pública no Brasil na próxima década”, *Gil Vicente Reis de Figueiredo* nos indica o processo de organização e realização da Conferência Nacional de Educação, a CONAE 2014, para que a sociedade civil brasileira reforce a tese da destinação dos 10% do nosso Produto Interno Bruto (PIB) para a Educação, referindo, contudo, que os aportes para tanto precisam ser definidos e, nessa direção, aponta o caminho da alocação, para a Educação, de todos os recursos advindos do Fundo Social que será composto a partir do montante proveniente dos recursos provenientes da exploração de petróleo, considerando os imensos depósitos de óleo fóssil descobertos recentemente na camada do pré-sal.

Ainda se debruçando sobre os planos econômicos e sociais deste início de século XXI no Brasil, *Alice Cristina Figueiredo* discute suas implicações para o Ensino Superior e o papel da universidade pública brasileira, dadas as transformações resultantes do que a autora denomina de *pós-modernidade*.

Nesse contexto, influenciada principalmente pelas recentes inovações das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), a Educação a Distância tem ganhado destaque, se apresentando ora como uma via a mais de exploração pelo mercado do setor da Educação, ora como um caminho célere para a necessária expansão de vagas no Ensino Superior brasileiro. Discutir tais fenômenos é a proposta de *Henrique Sérgio Barros Cavalcanti Júnior*, em “A expansão da educação a distância e o ensino superior no Brasil: caminhos tortuosos”.

Focando os desafios que a reestruturação capitalista tem colocado para os professores, com destaque para a extrema proletarização de suas atividades, *Ivonildo Leite* parte da revisão da literatura e de documentos internacionais nesse campo para discutir “Trabalho docente em perspectiva sócio-histórica: a posição de classe do professor e os desafios contemporâneos”; estes desafios, apontariam para a necessidade de uma conexão ética, política e técnica na realização da ação educativa pelo professor no cotidiano da escola.

Outro grupo de textos aqui publicados têm em comum as discussões acerca da relação Educação e Trabalho, do ensino do empreendedorismo, passando por propostas para a formação de trabalhadores em diferentes setores e períodos, até o seu rebatimento em determinados contextos sócio-geográficos do país.

Marcelo de Amorim Pandolfi e *Roseli Esquerdo Lopes* tratam do debate acadêmico em torno de estudos que defendem a inserção do ensino, em diferentes níveis, do

empreendedorismo. Tomando como referência um levantamento de teses e dissertações brasileiras, feito em 2012, observam que aquelas que advogam em benefício desse ensino, partem da premissa, disseminada por alguns expoentes na temática, de que o empreendedorismo seria um instrumento essencial para a diminuição das desigualdades sociais. Boa parte desses trabalhos terminaria por assumir a validade do conceito como um dogma, sem dialogar com aqueles outros que questionam os fundamentos sobre os quais assentam suas proposições.

Transitando “Entre o ideal e o real: a construção do pensamento empresarial uberlandense e seus projetos educacionais para a formação dos trabalhadores (1940-1960)”, *Luciene Maria de Souza e Carlos Alberto Lucena* coloca em tela a Escola Vocacional e de Aprendizagem Industrial Américo Renê Giannetti, no período, um dos principais projetos educacionais, voltado aos trabalhadores, da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Uberlândia, representando o empresariado da cidade de Uberlândia.

Em “O ensino profissionalizante no contexto da reestruturação da educação a partir da década de 1990 no Brasil”, *Thaís Cristina Figueiredo Rego, Fabiane Santana Prevital, Cílon Cesar Fagian e Robson Luís de França* discutem as relações entre Trabalho e Educação no Ensino Médio profissionalizante, na medida em que focalizam a problemática da formação profissional e as demandas do mercado de trabalho no Brasil do século XXI. Problematizam-se as (im)possibilidades dessa modalidade de ensino no país, face ao desemprego crescente e à demanda por profissionais mais qualificados.

A compreensão do processo de profissionalização da enfermagem brasileira, na relação Trabalho e Educação, foi o eixo escolhido por *Amailson Sandro de Barros e Carlos Herold Junior* para lidarem com “Trabalho, educação e enfermagem: marco contextual da formação profissional de nível médio em saúde”. O estudo foi delimitado entre as últimas décadas do século XIX e o início do século XX, período de transformações urbanísticas e sanitárias essenciais ao desenvolvimento econômico brasileiro. Essa categoria profissional, no processo de divisão social do trabalho, para os autores, demonstraria as diferenças de propósitos de formação para o trabalho intelectual e para o trabalho manual.

Por fim, nesse grupo, em “Desenvolvimento industrial e políticas de educação na gênese e na constituição do estado de Mato Grosso do Sul e no município de Campo Grande”, *Jefferson Carriello* do Carmo analisa como o Estado brasileiro, no início da década de 1970, contribuiu para fortalecer o embate político com relação à divisão do, então, estado do Mato Grosso, contando com diferentes “planos de desenvolvimento”, que tiveram dentre suas estratégias a articulação com as políticas educacionais.

No conjunto de artigos sobre as questões relacionadas ao ensino, o texto “A influência de Paulo Freire no ensino de Ciências e na educação CTS: uma análise bibliométrica”, de *Gabriela Zauith e Maria Cristina Piumbato Innocentini Hayashi*, parte do princípio segundo o qual o dentro das vertentes críticas do ensino de ciências, a educação de Ciência, Tecnologia e Sociedade “possui similaridades com a Pedagogia Libertadora de Paulo Freire”. A partir dessa premissa, as autoras buscaram “traçar o mapa

da produção científica em Ensino de Ciências e Educação/Ensino CTS e identificar tendências e justificativas para utilização da abordagem freireana”.

Em “Um estudo sobre mudanças curriculares em uma licenciatura em Matemática ao longo de 30 anos”, *Marilena Bittar* discute as mudanças ocorridas nas diferentes matrizes curriculares implantadas ao longo de 30 anos de existência (1981 a 2011) do primeiro curso de licenciatura em Matemática da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, relacionando tais matrizes do curso com seus egressos a fim de compreender dois aspectos preocupantes: o baixo número de formandos nessas três décadas e a não opção pela carreira docente.

Em seguida, *Angela Maria Souza Martins*, no artigo “Considerações históricas sobre o ensino de filosofia no Brasil do período colonial até o século XX” parte da constatação de que esse ensino integrou “uma estratégia educativa da Igreja para revitalizar a sua doutrina”, observando que “o tipo de concepção filosófica que embasou o ensino de Filosofia no contexto educacional brasileiro era tomista”. A autora constata que a filosofia cultivada nos ginásios, liceus e faculdades até o século XX continuou predominantemente aristotélico-tomista.

Por sua vez, *Vagno Emygdio Machado Dias*, no texto “Progressão automática como promoção automática”, analisa a Progressão Continuada (PC) no estado de São Paulo, “sua gênese e desenvolvimento na década de 1990, a maneira como se apropriou de discursos internacionais e suas influências sobre as políticas públicas e educacionais do MEC”, concluindo que a progressão continuada “apropriou-se da noção abstrata de ‘ciclos’ para se legitimar”.

Na linha dos estudos das proposições de instituições educacionais com relação à educação de crianças e adolescentes pobres no Brasil, *Adriene Suellen Ferreira Pimenta e Maria do Perpétuo Socorro Gomes Avelino de França*, se voltam para o “Orfanato Municipal Antônio Lemos”, de Belém (PA), e para o seu propósito de abrigar e educar meninas órfãs. Essa instituição, dada a prerrogativa que resultou de lei da intendência de Antônio José de Lemos (1900-1906), teve autonomia para formatar o ensino a ser praticado com essas meninas. O estudo discute que se tratou de uma educação voltada para o lar e para a maternidade, mas, também, para as primeiras letras, literatura e canto.

Finalmente, *Géssica Priscila Ramos* em “A escola contemporânea e sua identidade (ou sobre o óbvio esquecido)” faz uma abordagem do papel da escola com base nas categorias analíticas de Karel Kosik. Nessa perspectiva, a autora observou “que a escola moderna tem em sua identidade uma contradição: a de representar, ao mesmo tempo, o local de enclausuramento do saber pela burguesia, bem como a chave da libertação intelectual dos trabalhadores, tendo como foco desse conflito a briga pela posse do saber/conhecimento”.

Compondo este número, acrescentamos duas resenhas e dois resumos. A primeira delas é a resenha do livro **Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?**: quatro ensaios crítico-dialéticos em filosofia da educação, de Newton Duarte, escrita por Aline Cristina Schram. A segunda é a resenha do livro **Embates marxistas**: apontamentos sobre a pós-modernidade e a crise terminal do capitalismo, de José Claudinei Lombardi, escrita

por Daniela Moura Rocha de Souza, Desirê Luciane Dominschek, e Wilson da Silva Santos. Quanto aos resumos, apresentamos: “A história do processo de periferização dos Grupos Escolares em Campinas nos primórdios da República”, de Rosimeri da Silva Pereira, orientada pela Profa. Dra. Mara Regina Martins Jacomeli (UNICAMP) e “O tempo sagrado do Império: história e religião na obra do cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro”, de Felipe Ziotti Narita, orientado pelo Prof. Dr. Ivan Aparecido Manoel (UNESP).

São Carlos, outono de 2013.

Marisa Bittar

Roseli Esquerdo Lopes

Amarilio Ferreira Jr.

Coordenadores do HISTEDBR/UFSCar